

PF indicia Bolsonaro e outros 11 no caso das joias

Judiciário Grupo de 12 pessoas é acusado de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa

Bolsonaro e Mauro Cid são indiciados em caso de desvio de joias

Isadora Peron, Flávia Maia e Mariana Assis
De Brasília

A Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito das joias nesta quinta-feira e apontou o indiciamento de Jair Bolsonaro (PL) e outras 11 pessoas, entre elas o tenente-coronel Mauro Cid, que foi ajudante de ordens do ex-presidente. O grupo teria atuado no desvio de itens de luxo que Bolsonaro recebeu quando estava no governo. Os crimes apontados são de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa.

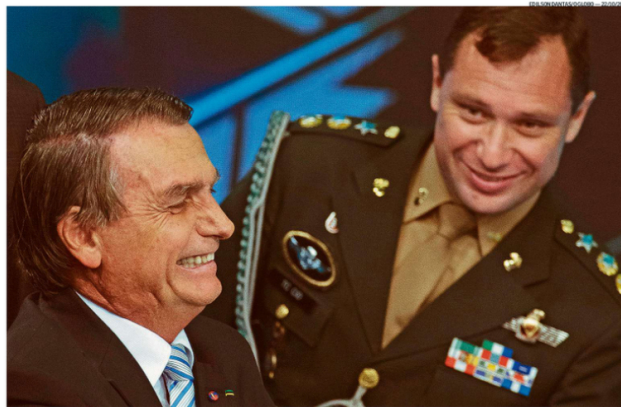
Agora, o relatório final será enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O próximo passo é encaminhar o processo à Procuradoria-Geral da República (PGR). É a partir desse momento que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, vai analisar o material e decidir se há evidências para apresentar uma denúncia contra o ex-presidente. Ele também pode optar por pedir o arquivamento

da investigação ou requisitar novas diligências.

Segundo interlocutores da PGR, se Gonet estiver convencido de que há elementos para apresentar uma denúncia contra o ex-mandatário, isso será feito antes de 16 de agosto, quando começa oficialmente a campanha eleitoral. A data foi estabelecida para que a medida não seja vista como uma interferência nas eleições municipais de outubro.

Entre os indiciados, também está o general da reserva Mauro Cesar Loureina Cid, pai do ex-ajudante de ordens, e outros dois assessores de Bolsonaro na Presidência, Omar Crivellati e Marcelo Câmara, além dos advogados Fabio Wajngarten e Frederick Wassef.

A PF também indiciou Bento Albuquerque (ex-ministro de Minas e Energia Bento), José Roberto Bueno Júnior (ex-chefe de gabinete de Albuquerque), Marcos André dos Santos Soeiro (ex-assessor de Albuquerque), Marcelo da Silva Vieira (ex-chefe do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da



Bolsonaro e Mauro Cid: ex-presidente e seu ajudante de ordens à época teriam feito parte de um esquema montado para vender bens recebidos pelo Estado

Presidência da República) e Julio Cesar Vieira Gomes (auditor e ex-chefe da Receita Federal).

A investigação sobre o caso das joias começou em março do ano passado, após o jornal "O Estado de S. Paulo" revelar que, em outubro de 2021, integrantes do governo Bolsonaro tentaram entrar irregularmente no Brasil com um kit entregue pelo governo da Arábia Saudita que continha peças cravejadas de diamantes.

O pacote estava com um dos assessores de Bento Albuquerque e foi apreendido pela Receita Federa-

l no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Na ocasião, o próprio ministro tentou convencer os agentes a liberarem os diamantes. A partir dessas informações, a Polícia Federal instaurou um inquérito e, em agosto de 2023, deflagrou a Operação Lucas 12.2, que teve como alvos o pai de Mauro Cid e outros personagens próximos a Bolsonaro, que foram agora indiciados.

Para os investigadores, um esquema foi montado para vender joias, relíquias, esculturas e outros objetos valiosos nos Estados Unidos. Pelas regras, esses presentes oficiais deveriam ter sido incorporados ao acervo do Estado brasileiro.

Recentemente, a PF descobriu a existência de uma nova joia, após cumprir diligências nos EUA. No mês passado, Mauro Cid e o pai foram chamados a prestar depoimento sobre o assunto.

Em março, a PF indiciou Bolsonaro, Mauro Cid e outras 15 pessoas no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas contra a covid-19. A PGR, no entanto, pediu que as investigações fossem aprofundadas e, nessa quinta-feira, houve uma nova operação.

Até o fechamento desta edição, a defesa de Bolsonaro não havia se manifestado. Advogado de Mauro Cid, Cezar Bitencourt afirmou que esta etapa não muda nada na linha da defesa. "Indiciamento é só mais uma fase das investigações", disse. Já Wajngarten afirmou, pelas redes sociais, que o indiciamento era uma "alfomça legal" e que não havia provas contra ele. Sua atuação no episódio, afirmou, foi na condição de advogado. "Minha orientação advocatícia foi a de que os presentes recebidos pelo ex-presidente da República fossem imediatamente retornadas à posse do Tribunal de Contas da União", afirmou.

"Tentar me incriminar é absurdo e revela a fragilidade das acusações sistematicamente feitas pela Polícia Federal nos últimos 18 meses", complementou.

Wassef, por sua vez, admitiu que atuou para comprar de volta um Rolex vendido nos Estados Unidos, mas disse que esse pedido não partiu nem de Bolsonaro nem de Mauro Cid. "Eu estava em viagem nos Estados Unidos por quase um mês e apenas pratiquei um único ato, que foi a compra do Rolex com meus próprios recursos, para devolver ao governo federal. Entreguei espontaneamente à Polícia Federal todos os documentos que possuem isto".

Ele também disse que não teve acesso ao relatório final da PF e reclamou do vazamento das informações sobre o caso, que está sob sigilo. "Estou passando por tudo isto apenas por exercer advocacia em defesa de Jair Bolsonaro".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 16